



Significado do Trabalho: Um Estudo entre Gerações de Trabalhadores Rurais¹

Maria Mércia dos Santos Barros de ALMEIDA²

Marley Rosana Melo de ARAÚJO³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

O conceito de significado do trabalho consiste uma cognição subjetiva e social, pois apresenta componentes subjetivos, socialmente compartilhados e associados a condições sócio-históricas. Objetivamos estudar o significado do trabalho entre gerações de trabalhadores rurais, a fim de detectar aproximações e distanciamentos nos significados atribuídos ao trabalho, e o papel dos órgãos de fiscalização e proteção ao trabalho infanto-juvenil na produção de condições sócio-históricas que contribuem para a emergência de novas atribuições de significado. A abordagem foi qualitativa, com entrevista semiestruturada de cinco pais/mães e cinco filhos(as) adolescentes, envolvidos no processo de trabalho com a castanha de caju em um povoado nordestino brasileiro. Como resultado das análises de conteúdo, no grupo dos pais/mães surgiram cinco categorias temáticas: 1) Significado do trabalho com a castanha, 2) Condições de trabalho, 3) Reconhecimento, 4) Trabalho infanto-juvenil, e 5) Futuro profissional. Para os adolescentes, os dados foram classificados em três categorias: 1) Significado do trabalho com a castanha, 2) Trabalho infanto-juvenil, e 3) Futuro profissional. Resultados mostraram que os pais/mães interpretam o significado do trabalho como árduo e desvalorizado, com precárias condições de trabalho. Os filhos pareciam alheios às dimensões negativas do trabalho e aos riscos a que estavam submetidos, naturalizando o fenômeno. Em suma, percebemos uma realidade social de conflito entre concepções sobre o trabalho infanto-juvenil, que opõe as opiniões da comunidade investigada aos dispositivos legais brasileiros.

Palavras-chave: Significado do trabalho; Trabalhadores rurais; Trabalho infanto-juvenil.

Introdução

Segundo Borges (1998), o significado do trabalho é abordado como uma cognição subjetiva, sócio-histórica e dinâmica, variando individualmente ao passo que decorre do processo de conferir significados e, ao mesmo tempo, apresenta aspectos socialmente compartilhados, associados às condições históricas da sociedade. O trabalho é subjetivo, visto que reflete a história pessoal e representa a forma que o indivíduo interpreta e dá sentido ao seu trabalho. Concomitantemente, é social, pois reflete aspectos históricos da sociedade e seu contexto, além de apresentar aspectos compartilhados por um conjunto de indivíduos. Além disso, o

¹ Trabalho apresentado no GT 05 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe, email: mmerciabarros@hotmail.com.

³ Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, email: marleymeloaraujo@gmail.com.



trabalho é considerado dinâmico, já que é construído inacabado e está em constante construção.

Na literatura sobre significado do trabalho, os estudos quantitativos, no Brasil, parecem ter uma maior predominância como vemos, por exemplo, em Bastos, Pinho e Costa (1995); Bendassolli, Alves e Torres (2014); Bendassolli e Borges-Andrade (2011); Borges e Alves-Filho (2003); Borges e Tamayo (2001); Borges e Yamamoto (2010) e; Fernandes, Gonçalves e Oliveira (2012). Segundo Costa e Bendassolli (2010), é imprescindível que haja mais estudos qualitativos que ofereçam perspectivas alternativas aos pesquisadores da área.

Considerando-se a proibição ao trabalho infante-juvenil, e consequente atuação dos órgãos fiscalizadores em grandes centros e cidades interioranas, buscou-se trazer uma reflexão acerca do significado do trabalho para a população-alvo da pesquisa, os beneficiadores da castanha de caju, habitantes de um povoado de economia rural, e como este trabalho pode ser diferentemente assimilado na vida das gerações de pais e filhos investigados. Ademais, os dados desta pesquisa poderão servir de base para ações interventivas na comunidade, por parte dos órgãos fiscalizadores, a fim de trazer qualidade de vida e de trabalho, proporcionando uma melhor perspectiva de futuro para estes trabalhadores.

Nos últimos dez anos, a presença regular de instituições de fiscalização e normatização de condutas, como o Ministério Público do Trabalho, Conselho Tutelar e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, nestas comunidades rurais, produziu perceptíveis modificações no cotidiano de vida e do trabalho. Por um lado, a proibição ao trabalho infante-juvenil provocou resistência por parte dos pais, os quais veem no trabalho uma possibilidade de formar o caráter, ensinar valores e um ofício aos filhos. Por outro lado, estas crianças e adolescentes, que tinham o seu tempo ocupado pelo trabalho, ficaram ociosas, visto que estudam em apenas um turno, e não há a oferta institucionalizada de atividades complementares ao estudo, ou de entretenimento e lazer nas comunidades, além de não poderem mais contar com a renda advinda do beneficiamento da castanha. Estas mudanças sociais, no que tange ao tratamento do trabalho de crianças e jovens pelos órgãos oficiais, podem ter produzido efeitos sobre os significados atribuídos ao trabalho na esfera individual, uma vez que o significado do trabalho é um construído sócio-histórico.

Além disso, esta intervenção dos órgãos de controle e fiscalização sobre o trabalho infante-juvenil é algo vivido pela atual geração (filhos) nestas comunidades. Apesar da proibição da atividade laboral, e até mesmo com a expansão de programas governamentais que têm como objetivo apoiar e fortalecer os investimentos escolares das famílias, há a permanência do trabalho infante-juvenil entre as famílias locais, o que justifica estudos que se disponham a compreender o significado atribuído ao trabalho entre as gerações de pais e filhos. Lordelo (2011) afirma ainda que, nos estudos sobre trabalho infante-juvenil, pouca voz tem sido dada às crianças e adolescentes que trabalham. A realização de entrevistas age como tentativa de contornar essa lacuna empírica, articulando informações dadas pelas próprias crianças e jovens com os depoimentos dos pais.

A noção de geração serve, assim, como princípio de comparação das percepções esboçadas pelo grupo de pais/mães e pelo grupo de filhos(as) com relação ao trabalho, os quais provavelmente receberam diferenciadas influências socializadoras sobre o trabalho. Trabalhar desde cedo, pelo menos para algumas famílias, pode ser percebido como uma regra moral, um princípio de socialização, baseado em um sistema de relações que se situa entre a cooperação e a troca.



Especificamente em relação ao trabalho das crianças e adolescentes no meio rural, não havia, anteriormente, qualquer legislação regulamentadora para definir a idade para o ingresso ou condições para o uso desta força produtiva. Até mesmo os legisladores concebiam o trabalho infanto-juvenil, no meio familiar, como uma prática educativa e integradora ao mundo dos adultos, sendo este trabalho entendido como uma ajuda da criança e do jovem à manutenção da família e ao bom andamento da unidade de produção e consumo. Por isso, havia um consenso social de que, nas unidades de produção familiares, não havia exploração do trabalho de menores. Entretanto, mais recentemente, alguns estudos sobre a presença da criança nas atividades agrícolas passaram a interpretar a ocupação do trabalho por um determinado período, ainda que inverso ao turno escolar, como trabalho infantil (MARIN *et al.*, 2012).

Silveira (2014) apresenta determinantes sociais do trabalho infanto-juvenil, ou seja, razões que levam crianças e adolescentes a se inserirem no mercado de trabalho, em que devem ser considerados fatores políticos, econômicos e sociais. São eles: a) pobreza; b) ineficiência do sistema educacional; c) a “cultura do trabalho” imposta pela sociedade; d) falta de universalização de políticas de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.

Marin *et al.* (2012) pesquisaram o trabalho infantil na agricultura familiar e encontraram que, na perspectiva das famílias, o trabalho das crianças é entendido como “ajuda”, base para a socialização e desenvolvimento dos herdeiros. Nota-se, portanto, a existência de diferentes concepções de infância e de trabalho em confronto. Por um lado, as concepções propostas pelos dispositivos legais, vigentes no Brasil, proíbem o trabalho da criança e do adolescente. Por outro lado, os pais, pautados nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações, se atribuem o dever de educar os filhos por meio do trabalho.

Segundo Bendassolli (2009), para os mais velhos, o trabalho geralmente é definido como uma obrigação para com a família, comunidade ou país. Entretanto, se perguntarmos para um jovem, poderemos encontrar outros significados como felicidade, carreira, crescimento pessoal e poder de compra. Nesta mesma linha, Dutra-Thomé e Koller (2014), em seu estudo sobre o significado do trabalho para 7.425 jovens brasileiros, por meio da análise de termos análogos e opostos ao vocábulo “trabalho”, encontraram uma visão moralista e mercadológica de trabalho sob uma perspectiva da atividade laboral enquanto fonte de desenvolvimento e crescimento pessoal. Estas autoras concluem que essa visão pode minimizar os efeitos negativos do trabalho sobre o indivíduo e fragilizar a concepção do trabalho infanto-juvenil protegido.

Em estudo anterior de nossa autoria (BARROS; ARAÚJO, 2018), de base quantitativa, foi investigado e comparado o significado do trabalho entre gerações de trabalhadores (N = 200; 100 pais/mães e 100 filhos(as)) envolvidos no processo de beneficiamento da castanha, por meio de instrumento estruturado de pesquisa (escala). No presente relato, pretende-se dar continuidade à discussão sobre o significado do trabalho, pautando-se em um paradigma compreensivo, de base qualitativa, para a realização deste intento, e considerando os possíveis conflitos sociais emergentes das perspectivas de trabalho abraçadas por dispositivos legais brasileiros e pelos moradores locais, pais e filhos que trabalham em atividade rural. Considerando este panorama, o objetivo deste estudo foi investigar o significado do trabalho para gerações de trabalhadores envolvidos no processo de beneficiamento de castanha de caju no povoado Carrilho, circunvizinho ao município de Itabaiana, Estado de Sergipe, no nordeste brasileiro.



1. MÉTODO

O estudo tem caráter qualitativo, pautando-se em entrevistas em profundidade (GASKELL, 2003) de trabalhadores rurais que atuam com beneficiamento de castanha de caju. A abordagem aos entrevistados não seguiu nenhum critério pré-definido, à exceção de ouvir o mesmo número de genitores (pais ou mães) e de filhos(as) adolescentes.

1.1. Participantes

Foram entrevistados cinco genitores (pais ou mães) e cinco filhos(as) (adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos), envolvidos no processo de beneficiamento de castanha de caju no povoado Carrilho. Os genitores e filhos entrevistados não possuíam vínculo de parentesco, portanto, não constituíam díades, embora pertencessem à mesma comunidade rural.

Dos cinco genitores, quatro eram do sexo feminino; 3 eram casados, 1 era solteiro e 1, divorciado. As idades variaram entre 37 e 50 anos ($Md = 40$). O tempo de trabalho com a castanha foi de até 40 anos ($Md = 30$). Em relação aos filhos, a maioria ($n = 4$) era solteira e apenas 1 era casado. As idades variaram de 15 a 16 anos ($Md = 15$). O tempo de trabalho foi de até 7 anos ($Md = 6$). Em relação ao sexo, três eram do sexo masculino.

1.2. Procedimentos de produção dos dados

Os dez participantes (cinco genitores e cinco filhos) foram convidados a integrar o estudo, o qual consistiu em entrevistas agendadas com cada participante, no intuito de conhecer como o trabalho entremeou as realidades de vida de cada um deles.

A abordagem ao participante, por parte do entrevistador, era iniciada com uma explicação sobre o objetivo da pesquisa e o sigilo das informações, visando diminuir a tensão por parte dos entrevistados e viabilizar a participação dos mesmos. Foi utilizado um roteiro semiestruturado de entrevista, contendo as seguintes questões norteadoras:

1. Para você, como é trabalhar com a castanha?
2. Qual sua opinião sobre a atuação dos órgãos fiscalizadores nos povoados?
3. O que você espera do futuro com relação ao trabalho com a castanha?

1.3. Procedimentos de análise de dados

As respostas dos entrevistados, separadas por grupo de pais/mães e grupo de filhos(as), foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 1977), em torno de três pólos cronológicos: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise corresponde à fase de organização, momento em que se ordena o material necessário para a realização da pesquisa. Neste estudo, os documentos escolhidos são o produto das entrevistas com os participantes, as quais foram gravadas, transcritas e organizadas para análise, separadamente por cada grupo (*corpus* textual de cada grupo).



Em seguida, passou-se à leitura e exploração do material. Esta segunda fase tem a ver com a elaboração de indicadores, os quais são revelados pela derivação de temas existentes no *corpus* textual do grupo analisado, convergindo para a definição de categorias temáticas *a posteriori*. Cada categoria é composta por unidades de registro, unidades mais elementares de identificação de conteúdos e significados, as quais são alocadas na categoria temática por semelhança de assuntos abordados, colaborando para representar a variedade e complexidade dos assuntos contidos em uma categoria temática, e permitindo a atribuição de um nome para a categoria temática condizente com seu escopo. A última atividade executada foi o tratamento dos dados obtidos e a interpretação, sendo este o momento em que o material foi contrastado à luz da teoria.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os genitores e filhos, e nas questões norteadoras do estudo, foram criadas cinco categorias temáticas para os genitores, a saber: 1) Significado do trabalho com a castanha, 2) Condições de trabalho, 3) Reconhecimento, 4) Trabalho infanto-juvenil, e 5) Futuro profissional. Já para os filhos, os dados foram classificados em três categorias temáticas: 1) Significado do trabalho com a castanha, 2) Trabalho infanto-juvenil, e 3) Futuro profissional.

Os conteúdos das categorias tangenciam-se, e, para melhor compreensão, as categorias são apresentadas, com suas respectivas unidades de registro, de acordo com a geração dos participantes, ou seja, por grupo de pais/mães (Figura 1) e grupo de filhos(as) (Figura 2). Nesta pesquisa, para fins de apresentação das falas tanto de genitores, quanto de filhos, os participantes são identificados com letras (G: genitores; F: filhos) e números para garantir a privacidade e anonimato de cada um.

2.1. Categorias temáticas – Genitores

2.1.1. Significado do trabalho

Na categoria Significado do trabalho com a castanha, foram agrupadas as unidades de registro relativas ao que o trabalho de beneficiamento da castanha significa na vida daqueles pais/mães. A maioria dos pais/mães vive a **dicotomia entre prazer e sofrimento** advindos deste tipo de trabalho. Por um lado, o trabalho é prazeroso e central em suas vidas, como afirma G1: *“Pra mim, é bom trabalhar com a castanha. Não é ruim, não! Eu amo trabalhar. Eu gosto do meu trabalho, da minha castanha”*. Entretanto, concomitantemente, apontam características negativas que reportam ao sofrimento, como podemos ver na fala de G3, ao relatar como é o processo de trabalho e como os horários são complexos e esgotantes, já que acordam ainda de madrugada e trabalham até o fim da tarde.

Acordo 1:30 para vir pra cá [“casinha”], de madrugada. Tomo café, né? Vai pra casa e volta. Quando for 11:30, almoça e volta 13:00. E fico até 17:00. São 30 kg de castanha para quebrar e, depois, ainda vai pelar. É muito trabalhoso, cansativo, esgota a gente (G3).

Os pais/mães apontaram, ainda, que a castanha é fonte de **autonomia**. Esta incorpora a capacidade de prover a sua própria subsistência e de sua família,



promover independência financeira e autossuficiência. Além disso, há a possibilidade de definir e organizar o seu próprio método de trabalho, ter independência para executar a sua tarefa responsabilizando-se pela eficiência ou fracasso da mesma e, ainda, ter condições de exercer a sua criatividade na atividade que desempenha.

Nesse contexto, Costa (2011) afirma que o trabalhador precisa sentir que encontra espaço para exercer a sua tarefa com o máximo de independência, com oportunidade de organizar o seu trabalho de acordo com suas habilidades, responsabilizando-se pela eficiência da tarefa e pelo alcance de resultados satisfatórios, como podemos ver na fala de G2:

Tem uma fábrica, mas eu prefiro trabalhar aqui, porque eu não gosto de ser mandada por ninguém. Aqui a chefe sou eu! Daqui a pouco eu levanto, vou pra casa na hora que eu quiser. Se eu quiser, não venho nem trabalhar. Eu sei o que tenho que fazer. Eu chego, faço e pronto! Não sou mandada por ninguém (G2).

A diminuição da autonomia em relação ao trabalho com a castanha está, muitas vezes, associada à subordinação aos proprietários das “casinhas” quando da venda de sua mão-de-obra. A distribuição e a comercialização da produção local no mercado atacadista são dominadas pelo próprio fornecedor da matéria-prima ao beneficiador da castanha, chamado de atravessador. Estes funcionam como uma chefia, superiores hierárquicos a quem os beneficiadores são subordinados, perdendo, portanto, sua autonomia no que diz respeito ao trabalho. Todavia, alguns beneficiadores conseguem manter a sua autonomia, sendo donos da sua própria “casinha”. Além disso, é possível que estes trabalhadores tenham mais qualidade de vida, já que são de sua escolha os dias e os horários de trabalho. Entretanto, para isso, é necessário fazer um investimento financeiro, o que nem todos conseguem:

Acordo 6h, 7h e começo umas 8h e começo a assar e quebrar sozinha e Deus, porque eu trabalho pra mim mesma. Eu compro o saco, asso e boto pra vender. Eu sou assim, mas quem trabalha por dia, trabalha de madrugada. Tem semana que trabalho dois dias, três dias. Assim é melhor, mas nem todo mundo tem condições de comprar um saco e investir para assar, pra revender e fazer dinheiro (G3).

Está bem patente, na fala destes pais/mães, como o trabalho com a castanha é importante sob o ponto de vista da sua **subsistência**. Na fala abaixo, vemos a sobreposição do prazer advindo dos ganhos proporcionados pelo trabalho com a castanha e as consequências que ele traz à saúde:

Tenho prazer com a castanha, porque tenho minhas contas pagas. Eu tenho meu dinheiro e posso comprar aquilo que eu quero. Não tem coisa melhor que você trabalhar, mesmo que seja 1 hora da manhã. Eu sinto dor por causa do cansaço, dor nas costas. Mas a pior dor mesmo é chegar e querer comprar uma coisa para meus filhos e não ter. Essa é a dor maior que tem. Por isso, eu sou realizada com meu trabalho (G1).



Além disso, os genitores veem o trabalho nas “casinhas” como um momento de **lazer**: *“Acho bom trabalhar com a castanha, passa o tempo ao ar livre. O trabalho vira divertimento, a gente se distrai, bate um lero [conversa] com as colegas, ouve uma rádio”* (G3). O desenvolver da atividade de beneficiamento da castanha faz com que haja um fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores, devido à interação e convivência diárias, além de que as opções de lazer no povoado são escassas (ROCHA *et al.*, 2016). Estas autoras comentam ainda que, devido à carga horária de trabalho extensa, muitas famílias aproveitam esse período de labor para conversarem e se aproximarem, ao mesmo tempo em que cuidam do sustento.

2.1.2. Condições de trabalho

Esta categoria retrata a forma como os pais/mães veem as condições de trabalho a que são submetidos os beneficiadores da castanha. Observando as suas atividades laborais, é visível que as “casinhas” não têm estrutura adequada. Os trabalhadores realizam suas atividades sentados no chão ou em sacos da própria castanha, como afirma o participante: *“Não é um trabalho confortável, porque não tem banheiro. Não tem um lugar para apoiar as costas, para ficar mais confortável. As costas doem muito no final do dia”* (G1).

Os **horários de trabalho** são um dos itens que mais suscitaram como negativo em relação à castanha e que não é comum em outras atividades. Segundo Carvalho *et al.* (2012), esse horário justifica-se em função da menor temperatura, evitando, por algumas horas, o calor que é intensificado pela chama que assa a castanha, bem como em função da necessidade de finalizar a tarefa a tempo de cumprir o acordo estabelecido com o intermediário (atravessador).

As condições de trabalho com a castanha têm que melhorar. Começa a trabalhar 1 hora da manhã e trabalha até 11:30 e depois até 17:00. Não é um trabalho comum, que tem o horário certo. Eu vou dizer que um trabalho desse é bom?! (G4).

Além disso, os trabalhadores falam da falta de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** na execução das suas atividades. A este respeito, Rocha *et al.* (2016) comentam que as condições de trabalho dos povoados que beneficiam a castanha acabam por expor os trabalhadores a uma situação de risco socioambiental e, muitas vezes, insalubre e imprópria para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares. *“A gente vai de casaco e calça comprida por conta própria, para não queimar o corpo. Mas não tem óculos, perigo de cegar a gente e também não tem luva certa. O óleo queima e tira a digital”* (G4).

Outro ponto comentado pelos participantes foi a falta de **direitos trabalhistas**, devido ao fato do trabalho com a castanha ser um trabalho informal. Apesar de considerarem importante a determinação do cumprimento da legislação trabalhista também para os trabalhadores rurais, os pais/mães têm receio de que os proprietários das “casinhas” (atravessadores) deixem de investir na castanha e de contratar mais trabalhadores, devido ao alto custo da formalização das relações de emprego no Brasil. Interessante perceber o quanto os próprios trabalhadores assimilam uma lógica de naturalização da dominação, imposta pelo suposto fatalismo da sua condição de trabalho e de vida. Os trabalhadores justificam a exploração a que são submetidos por um sistema que pauperiza o pequeno



produtor, para enriquecer o atravessador que comercializa com lucro os frutos deste trabalho.

Isso fica explícito no relato de G1, que afirma: *“Se a gente ficar doente, não recebe. Aquele dia você perde. Eu passei uns 6 meses sem trabalho por causa do problema de coluna causado pela própria castanha, e passei uma dificuldade que só sabe Deus e eu!”*. G3 segue na mesma linha de raciocínio, afirmando: *“O Ministério do Trabalho está agora exigindo direitos dos patrões para os empregados e a castanha está cara. Aí, se for ter que pagar tudo que deve, os patrões não vão aguentar ficar com todo mundo. É pior!”*.

2.1.3. Reconhecimento

A categoria Reconhecimento está relacionada à percepção de pais/mães no que diz respeito à valorização do trabalho, o reconhecimento de que aquilo que ele(a) faz é valorizado, considerado útil e até indispensável para a sociedade. Entretanto, de maneira enfática, todos os entrevistados acreditam não haver reconhecimento no trabalho com a castanha: *“Muita gente come castanha, mas nem imagina o trabalho que dá! Tem gente que nem sabe como é e não valoriza”* (G3). G1 corrobora a fala de G3, quando diz:

“Às vezes, a gente trabalha e não tem o devido valor. Por mais que você tente valorizar, fazer o melhor, mas os patrões acham que tem que fazer do jeito deles. Não reconhece. Por exemplo, se um dia a gente não for, não se agrada. Se adoecer, não recebe. Não tem direito, nem garantia de nada (G1).

2.1.4. Trabalho infanto-juvenil

Outra categoria relevante é o trabalho infanto-juvenil, em que os pais/mães acreditam ser natural as crianças e adolescentes trabalharem, pois, na verdade, estão ajudando aos pais e a si mesmas. Nota-se, portanto, a existência de diferentes concepções de infância e de trabalho em confronto. Por um lado, as concepções dos dispositivos legais, vigentes no Brasil, proíbem o trabalho da criança e do adolescente no beneficiamento da castanha. Por outro lado, os pais, pautados nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações, compreendem que se deve educar os filhos por meio do trabalho. Segundo Marin *et al.* (2012), faz-se necessário que as crianças e adolescentes estudem, pois o fato de, muitas vezes, trabalharem durante as mesmas horas que um adulto, faz com que muitas delas acabem por desistir da escola. Esta situação irá mais tarde resultar na dificuldade em conseguir um emprego com maiores rendimentos.

Esse negócio dessa lei de trabalho foi a coisa mais burra que já ouvi. Sabe o que eles querem? Que só coloque um filho seu pra trabalhar com 18 anos! Uma coisa só que concordo com eles é estudar. A gente não pode tirar os meninos de estudar, não é minha fia [filha]? Mas botar pra trabalhar? Um filho seu com 18 anos você botar para trabalhar e ele obedecer? Nem vai querer mais! Ele já vai estar acostumado a ter tudo, não trabalhar (G3).



A atuação dos órgãos fiscalizadores, como Ministério Público do Trabalho e Conselho Tutelar, está presente no povoado, como é possível constatar na fala de G2. Os genitores justificam ainda que os filhos, ao não trabalharem, irão trilhar o caminho da **marginalidade**. Esta ideia é consoante com Lima e Almeida (2010), os quais acreditam que o trabalho precoce expressa a ideologia da valorização do trabalho, mostrando-o como dignificante e almejado pelos pais porque afasta crianças e adolescentes da marginalidade.

Agora se você tem um filho de 15 [anos] e trazer para ajudar uma mãe, a mãe vai presa. Não pode! Mas pode estar na esquina usando droga, roubando e matando. O Conselho Tutelar, se souber que tem gente trabalhando, vem. Se o conselho pegasse ele aqui [apontando para o filho]... Não é melhor estar aqui do que na esquina, subindo e descendo? Mas, não pode não! Já teve aqui camburão da polícia, juiz e tudo! (G2).

Diante das falas, é possível perceber como o trabalho precoce é visto de forma positiva pela geração mais velha. Os genitores atribuem o aprendizado e o desenvolvimento de muitas competências ao fato de os filhos trabalharem desde novos. Isto seria essencial para a construção de uma capacidade para “se virar”, **ser independente** (LIMA; ALMEIDA, 2010), conforme a fala de G3:

Veja minha filha, que você conheceu...15 anos e já tem um filho. E não pode trabalhar? E quem vai dar de comer ao filho dela?! Uma lei muito errada. Você não vai explorar um filho seu, não vai maltratar. Coloca ele pra te ajudar de manhã e de tarde vai pra o colégio. Ele vai dar valor ao dinheiro. Quando trabalha, sabe que o dinheiro é sacrificado. Porque quando tem tudo na mão, não sabe dar valor ao dinheiro (G3).

2.1.5. Futuro profissional

Em relação às expectativas de futuro profissional, as falas dos trabalhadores denotam uma consequência da realidade, do sofrimento vivido e das condições precárias na produção da castanha de caju. A este respeito, Bock e Liebesny (2003) chamam atenção para o fato de que, embora se refiram ao futuro, é no presente que os projetos de vida são construídos e constituídos, estando eles relacionados à construção da identidade - processo contínuo, fruto de sua pertinência a um grupo social em que concretiza as relações de produção de si mesmo e da realidade na qual se insere. Nesse sentido, as expectativas de futuro contêm as possibilidades criadas no trabalho com a castanha.

Uma das perspectivas que a castanha traz são os **agravos à saúde**. A atividade de beneficiamento, como apontam Rocha *et al.* (2016), apresenta riscos e expõe os beneficiadores a situações de insalubridade. Ainda segundo estas autoras, a mesma posição durante várias horas tem causado muito impacto na condição de saúde, já que a principal queixa identificada foi dor na coluna, como explicita G1: “Sabe qual o futuro com a castanha? Ficar aleijada e cega. Porque é o que faz. Tem dia de sexta-feira que a gente não consegue nem se mexer por causa das costas”.

G2 revela a aspiração a um futuro melhor para seus filhos por meio do estudo, para ter um emprego regular, que possibilite reconhecimento. Embora apostem na escola como instrumento de construção de um **futuro diferente para seus filhos**, esses pais/mães são confrontados cotidianamente com o fato de que poucos, entre



crianças e jovens com quem convivem, conseguem de fato garantir uma trajetória de longa duração na escola (LIMA; ALMEIDA, 2010).

Não quero que no futuro meus filhos trabalhem com a castanha. Tenho uma de 16 anos que já casou, graças a Deus, e eu fiz de tudo para ela não trabalhar com a castanha. Eu quero que eles estudem para ter uma profissão. Eu não quero a vida que vivi para meus filhos, não. Espero em Deus que eles não larguem dos estudos! (G2).

Interessante a percepção dos genitores de que as dificuldades que aparecem na vida podem ser superadas pelo **esforço pessoal**, através do trabalho. Essa compreensão do futuro como resultante do esforço pessoal é também apontada por Macêdo, Alberto e Araújo (2012), os quais observam que, na visão dos participantes de sua pesquisa, o esforço traduzido em estudo e trabalho determina o futuro, pois, em tese, pode assegurar uma melhor colocação profissional.

Eu vou passar o resto da minha vida trabalhando com a castanha, até morrer. Todo mundo quer uma coisa melhor, mas se não pode, eu agradeço o que eu tenho. Quando o filho pede, eu falo pra a gente trabalhar, juntar dinheiro e comprar. Eu faço de tudo pra meus filhos não ficarem sem o que comer. A gente só reza a Deus para não faltar esse trabalho! Minha vida é quebrar castanha, até quando Deus quiser (G5).

Figura 1 – Unidades de registro por categoria temática do grupo de genitores (pais/mães).



	CATEGORIAS				
	Significado do trabalho	Condições de trabalho	Reconhecimento	Trabalho infante-juvenil	Futuro profissional
Dicotomia: Prazer e Sofrimento	■				
Autonomia	■				
Subsistência	■				
Distração	■				
Ergonomia		■			
Horários de trabalho		■			
Falta de EPIs		■			
Direitos trabalhistas		■			
Reconhecimento financeiro			■		
Valorização pela sociedade			■		
Trabalho e estudo				■	
Marginalidade				■	
Ensinamento de valores				■	
Ser independente				■	
Agravos à saúde					■
Futuro diferente para os filhos					■
Esforço pessoal					■

2.2. Categorias temáticas – Filhos(as)

2.2.1. Significado do Trabalho

Esta categoria diz respeito à opinião de filhos(as) sobre o que é o trabalho e o que ele representa. Os (as) filhos (as) apontaram que o trabalho com a castanha significa sacrifício, sofrimento, mas também, independência financeira, possibilidade de melhorar de vida, entre outros. Vale ressaltar que os participantes tiveram dificuldade para começar a discutir essa temática, provavelmente, pelo receio de falar publicamente sobre o assunto “proibido” naquele grupo social. As crianças e adolescentes demonstraram muito medo dos órgãos fiscalizadores, devido à forma com que estes se apresentaram no povoado, fazendo indagações sobre suas atividades de trabalho, solicitando que mostrassem as mãos para provar que não estavam trabalhando, além de promoverem a “prisão” de pais/mães daquela comunidade. Entretanto, depois de estimulados, garantidos sobre o sigilo das suas



identidades e sobre a permissão dos pais/mães para que falassem, alguns falavam com muita **naturalidade** sobre o seu cotidiano:

la de madrugada com minha mãe quebrar a castanha e de manhã ia para a escola. Eu estudava de manhã, mas aí para quebrar a castanha de madrugada e ir para escola de manhã, ficava ruim. Aí, eu mudei para escola de tarde. Senão, eu não ia conseguir dormir (F2).

Os (as) filhos (as) veem o trabalho como um **meio de ajudar a família** a adquirir independência financeira e uma maneira de conquistar a liberdade, pois afirmaram comprar roupas, calçados, aparelhos eletrônicos, além de gastos relacionados ao lazer, com o dinheiro que recebem por pelar e quebrar as castanhas. Alguns relataram, ainda, economizar e guardar parte do valor recebido. Esses dados estão de acordo com os achados de Amazarray *et al.* (2009), os quais mencionam que os jovens buscam o trabalho como forma de consumir o que seus pais não têm condições de lhes dar. Lima e Almeida (2010) complementam que isso parece explicar o fato de que guardam para si a pequena remuneração recebida, ao contrário do que acontecia com seus pais no passado. Os pais, mesmo em condição humilde, permitem que os filhos utilizem o dinheiro ganho com desejos pessoais, e não para complementar a subsistência da casa. Ao mesmo tempo, isso indica o quanto mudou a posição das crianças no seio das famílias, autorizadas hoje a se perceberem como pequenos consumidores, sujeitos de desejos e expectativas, em suma, mais autônomos.

Você mora dentro de casa e seu pai não tem como te dar dinheiro sempre, porque tem que fazer a feira, pagar as prestações, as contas, livro para estudar. Aí, você ajudando o pai a fazer as coisas e você ganhando aquele pouquinho, você pode comprar seu chinelo quando o seu “torar” [arrebentar] e seu pai não tiver dinheiro para comprar; você tem um dinheiro guardado e tem como gastar (F3).

De acordo com Costa (2011), o trabalho que estas crianças desenvolvem confere-lhes, em muitos casos, uma forma muito concreta de aprendizagem de um conjunto de saberes que permite o desenvolvimento de atividades que são importantes recursos, inclusive de **subsistência**. Mas este trabalho infantil retira às crianças tempo para se dedicarem às atividades escolares e, por isso, também contribui para diminuir a possibilidade de oportunidades futuras.

O trabalho com a castanha é ruim, porque acordar de madrugada, ninguém gosta, né? Perde o sono. Não dorme direito e ganha pouco. Muitos deixam de estudar pra trabalhar. Eu parei de estudar. Queria voltar, mas não sei se vou, porque ou ganho dinheiro, ou estudo (F1).

2.2.2. Trabalho infanto-juvenil

Apesar da pouca idade, as falas dos(as) filhos(as) demonstram bastante clareza quando o assunto é trabalho infanto-juvenil, posicionando-se firmemente contra a atuação dos órgãos fiscalizadores do trabalho, com argumentos moralistas que se aproximam aos achados de Dutra-Thomé e Koller (2014). Este fato pode ser explicado pelo fato de que o trabalho, além de ser fonte de socialização, sendo uma



continuação das atividades educativas da escola, pode também causar o fenômeno da “**adultização**”, conforme pontuam Oliveira e Robazzi (2001). Abaixo, segue fala de F4, que exemplifica isso:

Acho muito irresponsável não deixar a gente trabalhar. O que tem a ver isso?! Eles têm que procurar os bandidos que estão roubando e matando, não os que estão trabalhando! Muita gente pára de estudar, vira vagabundo, por causa do Conselho Tutelar. Porque a pessoa está trabalhando, ajudando os pais de forma honesta, e eles vêm e obrigam você a parar de trabalhar e ainda tem que pagar multa. Aí, não trabalha, vai fazer o quê? Vai roubar! (F4).

É inegável a competição que se estabelece entre o trabalho e as atividades escolares, visto que aumenta o cansaço, a sobrecarga física e a falta de tempo para estudar, para descansar e para o lazer, tendo como consequências a falta de interesse na escola, a dificuldade em aprender e os altos níveis de estresse (AMAZARRAY *et al.*, 2009). Embora a dupla jornada **trabalho-estudo** represente desgaste e esforço, os adolescentes desejam conciliar as duas atividades, pois associam elementos positivos à concomitância do estudo e do trabalho. Os benefícios percebidos pelos adolescentes são morais, no sentido de se atribuir um *status* de adulto ao jovem, devido às novas responsabilidades. Essas ideias aparecem nos seguintes depoimentos:

Os pais não podem explorar o filho e ele não frequentar a escola. Se eles tiverem fazendo isso, aí, sim, eles [os órgãos fiscalizadores] estão certos. A gente quer alguma coisa, aí a gente pode trabalhar, juntar aquele pouquinho de dinheiro e comprar um celular, uma calça, arrumar o cabelo. Só ajudo o pai de manhã e estudo à tarde, não prejudica a aula e as notas. Qual problema de ajudar aquele minutinho? Se eles tivessem obrigando a gente, mas não é. Porque se fosse exploração, eles tiravam a gente da escola! E não é isso. É só uma ajuda (F5).

Os meninos que são pequenos demais não têm responsabilidade para trabalhar, mas um menino de 16 anos tem que trabalhar para ajudar os pais. Senão, daqui quando ele tiver 18 anos, ele não vai querer responsabilidade para a vida dele! Ele vai querer ficar nas costas do pai dele e o pai dele não vai ter condições de sustentar ele a vida toda. Ele tem que trabalhar e ajudar os pais. Quem só gasta o dinheiro do pai, não tem responsabilidade, gasta tudo que quer. Quando você trabalha, você pensa: “vou ganhar esse dinheiro pra fazer alguma coisa” (F3).

2.2.3. Futuro profissional

A categoria futuro profissional está relacionada às expectativas dos(as) filhos(as) sobre o trabalho e as atividades que desejam desenvolver. Os jovens não manifestaram interesse em continuar trabalhando com a castanha. Entretanto, demonstraram certa indefinição quanto à escolha profissional.

O fato de as crianças e os adolescentes, na sua maioria, trabalharem, em alguns casos durante as mesmas horas que um adulto, faz com que muitos deles



acabem por **desistir da escola**. Esta situação irá mais tarde resultar na dificuldade em conseguir um emprego melhor. Ao mesmo tempo, neste povoado rural, onde o emprego formal é escasso, o trabalho destas crianças permite que elas obtenham conhecimentos que lhes serão úteis no futuro, pois provavelmente continuarão inseridas na informalidade (COSTA, 2009).

O trabalho com a castanha não é bom. Não acho, não! No futuro, eu penso em trabalhar com outras coisas, em arrumar outro emprego. Não tenho nenhum sonho, só em arrumar outro emprego, mas aqui na região só tem a castanha. Mas, no fundo, acho que vou ficar trabalhando com a castanha, porque parei de estudar, aí não tenho como pegar outra coisa melhor... (F4).

Além disso, os participantes citaram o desejo de formar-se em profissões de curso superior. Amazarray *et al.* (2009) também encontraram a ideia de sucesso profissional e possibilidade de melhoria de vida associadas à **formação** em nível superior. Segundo estes autores, esta poderia ser uma idealização e uma das suas consequências seria a dificuldade de perceber o mercado de trabalho, com as suas reais exigências e limitações, conforme a fala abaixo:

Nem todo mundo tem estudo para sair da castanha. Eu quero estudar e melhorar até a vida de meus pais. Eu quero ajudar, porque minha mãe trabalha com a castanha desde que eu nasci, e sustenta eu e meus irmãos, não é ninguém, não! Quero me formar na faculdade e ter outro emprego, ganhar muito dinheiro! (F5).

Alguns participantes parecem identificar as características econômicas que regem o mercado laboral, assim como a **realidade social** do povoado, pois apesar de possuírem sonhos, acreditam que não há como alcançá-los devido à própria limitação do local onde moram:

Eu não gosto muito de trabalhar com a castanha, não. Eu queria ser nadador. Aqui tem um açude e eu gosto, mas aqui no povoado só tem a castanha, não tem outras coisas para trabalhar (F1).

Ao compararmos as entrevistas de pais/mães e de filhos(as), observamos que, nas falas dos(as) filhos(as), não aparecem as categorias temáticas “Condições de Trabalho” e “Reconhecimento”. Os adolescentes não citaram, em nenhum momento, os problemas relacionados ao trabalho em si, como as precárias condições de trabalho apontadas pelos pais/mães, talvez pela falta de consciência crítica devido à idade, ou porque eles não façam as mesmas tarefas penosas que seus pais/mães, ou até mesmo por ser um assunto que os pais/mães omitam e, por isso, os adolescentes não tenham esta perspectiva. Segundo Medeiros Neto e Marques (2013), é fato que as crianças estão muito mais expostas aos riscos no trabalho do que os adultos, uma vez que, em seu peculiar estágio de desenvolvimento, suas capacidades ainda estão em processo de formação, e a natureza e as condições em que as atividades laborais ocorrem são frequentemente insalubres e inadequadas, do ponto de vista ergonômico.

Não emergiu a temática “Reconhecimento”, e seguindo esta mesma linha, não apareceram afirmações do trabalho enquanto atividade que proporciona prazer,



realização pessoal, expressão da criatividade e exercício de um papel na sociedade. Os jovens trouxeram apenas ideias associadas ao tipo de atividade desempenhada, à sobrevivência e ao poder de compra. Nesse sentido, o significado do trabalho para os participantes parece resumir-se ao sustento econômico, além do seu valor moral, com a ideia de que o correto é ser trabalhador.

Figura 2 – Unidades de registro por categoria temática do grupo de filhos(as).

	Significado do Trabalho	Trabalho infante-juvenil	Futuro profissional
Naturalização do trabalho	■		
Ajuda aos pais	■		
Subsistência	■		
Adultização		■	
Trabalho e Estudo		■	
Desistência da escola			■
Formação superior			■
Realidade social e limitação profissional			■

Este dado vai ao encontro dos resultados de Frenzel e Bardagi (2014), os quais encontraram como principais motivos para os adolescentes trabalharem: a) a possibilidade de sair da extrema pobreza e do desajuste familiar, b) a aquisição de maior autonomia no gerenciamento do próprio dinheiro, c) o suprimento de necessidades familiares, por meio da ajuda financeira, d) a aquisição de bens materiais, e e) a possibilidade de crescer profissionalmente para outros ramos de atividade.

Diante disso, faz-se necessário refletir acerca da identidade de trabalhador que estes adolescentes estão construindo, uma vez que fica reduzida à provisão de necessidades, sem a visão do trabalho enquanto atividade humana por excelência, com promoção de mudanças na sociedade e em si mesmo, gerando prazer para quem a executa. Vale ressaltar que, para os(as) filhos(as), o beneficiamento da castanha não é considerado um trabalho, mas uma ajuda aos pais/mães. Contudo, deve-se levar em consideração que a falta de perspectiva de futuro torna a castanha o único meio de trabalho possível no povoado.

Outro aspecto que destacamos foi que os pais/mães acreditam e desejam um futuro diferente para seus filhos(as), e devotam ao estudo a responsabilidade de proporcionar esta mudança de vida. Contudo, eles não entendem o trabalho e o



estudo como atividades concorrentes, o que pode ser explicado pela falta de experiência nesta dupla jornada, uma vez que, quando jovens, abandonaram os estudos para trabalhar e não viveram esta experiência, com todas as dificuldades inerentes. Além disso, os(as) filhos(as) também creditam ao estudo a possibilidade de escrever uma trajetória diferente da dos pais/mães, mas lidam com a rotina real de conciliar as atividades de trabalho e estudo, e sabem que, em determinado momento, isso poderá não ser mais possível. Fatalmente, abandonarão os estudos, incorrendo em alta probabilidade de reproduzir a vida paterna/materna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar o significado do trabalho utilizando o critério geracional, pretendemos focar na percepção de genitores e de filhos(as) adolescentes, sem que, contudo, perdêssemos de vista a complexidade do fenômeno como um todo, abordando-o de forma sistêmica. Os estudos revisados nesta pesquisa em muito corroboram as percepções negativas do trabalho de crianças e adolescentes, como o prejuízo às atividades escolares, a diminuição do tempo livre e dedicado às questões próprias da adolescência, o impacto para a saúde, entre outros. Estes aspectos salientam a importância de voltarmos a atenção aos contextos e condições de trabalho sob as quais os adolescentes se encontram e de exigirmos o cumprimento das leis que protegem o trabalhador jovem da exploração e do desgaste excessivo. Entretanto, os adolescentes participantes desses estudos trazem, muitas vezes, uma perspectiva mais positiva do trabalho do que supõem alguns teóricos, ou do que costuma ser enfatizado em discussões sobre o tema.

Esteve presente, no discurso de pais/mães, o significado do trabalho como árduo, cansativo e com condições de trabalho precárias, um trabalho que não traz reconhecimento e é valorizado, principalmente, em função da subsistência. Aparentemente, estes significados não estão atrelados à vocação, ao trabalho realizado por prazer e que traga satisfação, visto que nas falas emergiram principalmente conteúdos relativos à valorização financeira, ao modo como se dá o beneficiamento da castanha e ao grande esforço realizado. Os genitores deixam claro que, por morarem no meio rural e pela falta de um nível de educação elevado que conduzisse à contratação em outros postos de trabalho, para desempenhar outras funções, o trabalho com a castanha se apresentou como a única forma de obter a própria subsistência e a da família.

Entretanto, um dado importante é que pais/mães não desejam que os seus filhos(as) ocupem o mesmo espaço que ocupam hoje, mas sim, que busquem na educação formal uma nova possibilidade de inserção social, de vida e de subsistência para si. Parece contraditório, visto que pais/mães reclamam da atividade da castanha, a consideram prejudicial à saúde e não querem que seus filhos(as) permaneçam na atividade, no futuro. Mas, por outro lado, permitem e submetem seus filhos(as) a tais condições. Talvez porque, na ótica dos genitores, os(as) filhos(as) não estejam verdadeiramente experimentando a realidade árida da castanha, uma vez que dedicam menos horas a esta prática laboral do que os pais/mães, além de realizarem as tarefas menos penosas do processo.

Por seu turno, os jovens pareciam alheios às dimensões negativas do trabalho infanto-juvenil e aos riscos a que estavam submetidos, naturalizando o fenômeno. A atuação dos órgãos fiscalizadores coloca como opção, para desviar a criança e o adolescente do trabalho, a inserção destes em programas sociais



mantidos pelo poder público, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; garantia da sua matrícula, frequência e aproveitamento em escola, priorizando a de tempo integral; o encaminhamento do adolescente, a partir dos 14 anos, a programas de aprendizagem profissional, ocasião em que será contratado por empresas obrigadas a cumprir a cota da Lei da Aprendizagem, na forma dos arts. 428 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (MEDEIROS NETO; MARQUES, 2013).

Entretanto, considerando a realidade local, não observamos estas contrapartidas para direcionar o jovem para um caminho que não seja o do trabalho com a castanha. Por ser uma comunidade rural, não há empregadores formais e, por isso, inviabiliza-se a concretização da Lei da Aprendizagem; não há escolas de tempo integral, estando o jovem ocupado em apenas um período; e o PETI não é efetivo no que se propõe. Além disso, os povoados dispõem de raríssimas atividades de entretenimento ou complementares aos estudos.

Por fim, é importante frisarmos que não existem percepções absolutistas, certas ou erradas, nesta realidade de estudo. Na relação entre poder público e comunidade, não há percepção predominante e não existe uma decisão fácil e unívoca nesta questão. Ambos são agentes sociais, embora possuam perspectivas diferenciadas, a partir de seu referencial próprio. O poder público representa a justiça e a imparcialidade, pois leis existem para homogeneizar, regular e tratar sem distinções. Sendo assim, leis não são passíveis a eventuais e oportunas flexibilizações. Deve-se levar em conta também que, através das leis, muitas barbaridades, no que tange ao abuso e exploração infanto-juvenil, são coibidas.

Por outro lado, a comunidade lida com a dinamicidade da vida real, aquela que está sujeita aos arbítrios do dia a dia, e que não se conforma, muitas das vezes, a uma prescrição legal do que seria uma situação ideal. Pais/mães e filhos(as) veem valor e utilidade incontestável no trabalho, não se sentem diminuídos pela atividade, e percebem-se invadidos pelas prerrogativas dos órgãos públicos de fiscalização. Desta forma, os genitores julgam as atitudes que a legislação de combate ao trabalho infanto-juvenil, supostamente, produz nos filhos (criminalidade, desrespeito à hierarquia e afrouxamento moral), e há indignação por serem comparados a criminosos, em função da constante fiscalização exercida sobre os mesmos. Enfim, parece não haver discursos improcedentes neste conflito ou mesmo soluções prontas.

Uma grande limitação da pesquisa foi a dificuldade de sua comparação com outras investigações sobre o trabalho geracional, devido à escassez de análises sobre o tema, impossibilitando a identificação de diferenças e semelhanças que pudessem auxiliar no entendimento do que predomina em relação ao significado do trabalho para pais e para filhos. Considerando tais limitações, indicamos a necessidade de outras pesquisas, visando ampliar o conhecimento sobre essas questões. Ressaltamos a importância de estudos longitudinais na apreensão da variabilidade do construto estudado, o que poderia ser valioso no sentido de que o significado do trabalho é dinâmico e sócio-histórico.



REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, M. R. *et al.* Aprendiz *versus* trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 329-338, 2009. DOI: 10.1590/S0102-37722009000300006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, M. M. S.; ARAÚJO, M. R. M. Significado do trabalho para gerações de trabalhadores rurais no beneficiamento da castanha. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v.18, n. 2, p. 364-372, 2018. DOI: 10.17652/rpot/2018.2.13944.
- BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. Significado do trabalho: Um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 6, p. 20-29, 1995. DOI: 10.1590/S0034-75901995000600004.
- BENDASSOLLI, P. F. **Psicologia e trabalho: Apropriações e significados**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- BENDASSOLLI, P. F.; ALVES, J. S. C.; TORRES, C. C. Inventário sobre significado do trabalho de profissionais de indústrias criativas. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 2, p. 177-186, 2014.
- BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 2, p. 143-159, 2011. DOI: 10.1590/S0034-75902011000200003.
- BOCK, A. M. B.; LIEBESNY, B. Quem eu quero ser quando crescer: Um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. *In*: S. OZELLA (org.). **Adolescências construídas: A visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 203-222.
- BORGES, L. O. **O significado do trabalho e a socialização organizacional: Estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados**, 1998. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 1998.
- BORGES, L. O.; ALVES-FILHO, A. A estrutura fatorial do Inventário do Significado e Motivação do Trabalho, IMST. **Avaliação Psicológica**, v. 2, n. 2, p. 123-145, 2003.
- BORGES, L. O.; TAMAYO, A. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. I, n. 2, p. 11-44, 2001.
- BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Significado do trabalho do psicólogo brasileiro. *In*: A. V. B. Bastos; S. Gondim (orgs.). **O psicólogo brasileiro e seu trabalho**. Porto Alegre: ARTMED, 2010, p. 248-282.
- CARVALHO, D. M. *et al.* Aspectos das tecnologias de gestão e de processo no beneficiamento da castanha de caju no agreste de Itabaiana/SE. **Anais do 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-graduação em Geografia**. João Pessoa: UFPB, 2012.
- COSTA, A. B. Educação escolar e estratégias de famílias dos subúrbios de Maputo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 13-39, 2009. DOI: 10.1590/S0100-15742009000100003.
- COSTA, F. T. B. **Significando práticas e praticando significações: Professores e significado do trabalho**. 2011. Dissertação de mestrado. UNESP, São Paulo.
- COSTA, F. T. B., BENDASSOLLI, P. F. A evolução das pesquisas sobre significado do trabalho no Brasil. **Anais da I Jornada Internacional de práticas clínicas no campo social**, Paraná, 2010.
- DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S. H. O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: Uma análise de palavras análogas e opostas ao termo “trabalho”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 367-380, 2014.
- FERNANDES, F. S.; GONÇALVES, C. M.; OLIVEIRA, P. J. Adaptação e validação da Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho – ESAT. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 2, p. 183-195, 2012.
- FRENZEL, H. S.; BARDAGI, M. P. Adolescentes trabalhadores brasileiros: Um breve estudo bibliométrico. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 79-88, 2014.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: M. W. BAUER; G. GASKELL (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.



- LIMA, A. C.; ALMEIDA, A. M. F. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. **Educação & Sociedade**, p. 31, n. 111, p. 347-369, 2010. DOI: 10.1590/S0101-73302010000200004.
- LORDELO, L. R. **Significados de trabalho para crianças de diferentes contextos culturais**. 2011. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- MACÊDO, O. J. V.; ALBERTO, M. F. P.; ARAÚJO, A. J. S. Formação profissional e futuro: Expectativas dos adolescentes aprendizes. **Estudos de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 779-787, 2012. DOI: 10.1590/S0103-166X2012000500014.
- MARIN, J. O. B. *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: O caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 763-786, 2012. DOI: 10.1590/S0103-20032012000400010.
- MEDEIROS NETO, X. T.; MARQUES, R. D. **Manual de atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do trabalho infantil**. Brasília: CNMP, 2013.
- OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 9, n. 3, p. 83-89, 2001.
- ROCHA, C. S. *et al.* Riscos socioambientais do beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho-SE. **Interfaces Científicas**, v. 4, n. 2, p. 9-18, 2016. DOI: 10.17564/2316-3798.2016v4n2p9-18.
- SILVEIRA, N. J. D. A produção das desigualdades: **Análise da relação entre trabalho infantil e indicadores sociais**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.